

A trajetória das ações coletivas e dos movimentos sociais no Brasil nos últimos 40 anos: dos movimentos de bairros da década de 1980 aos impactos e efeitos das Manifestações de junho de 2013 dez anos depois

Maria da Glória Gohn¹

Resumo

O artigo faz uma retrospectiva sobre a temática das ações coletivas, com destaque para os movimentos sociais no Brasil, nos últimos quarenta, idade do Núcleo de Pesquisa Movimentos Sociais (NPMS) da UFSC, homenageado com um dossiê na revista Política Sociedade. De início faz-se uma apresentação contextualizando o cenário de estudos e pesquisa na época de criação do NPMS e depois abordam-se três pontos: Primeiro: caracteriza os sujeitos em cena, suas demandas e os debates que ocorreram nas duas últimas décadas do século XX. Segundo: aborda os movimentos sociais no novo século globalizado e as novas articulações em redes. Terceiro: o mais longo, é sobre um tema atual- um balanço dos 'Dez Anos de Junho de 2013', abordando o

¹ Dra. em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Pós-Doc em Sociologia pela New School University, New York, EUA. PQ1A CNPq. Profa. Titular da UNICAMP e Profa. Visitante Sênior da UFABC e das Universidad Córdoba, Argentina, e Complutense de Madrid. Bolsista da Fundação Rockefeller em Bellagio, Itália, e da UNESCO. Coordenadora CP Movimentos Sociais da SBS. Publicou 22 livros, entre eles: Teorias dos Movimentos Sociais (Loyola); Manifestações de Junho de 2013 no Brasil (Vozes); Participação e Democracia no Brasil-1960 aos impactos pós-junho de 2013 (Vozes), e Ativismo no Brasil (Vozes); Movimentos Sociais e Educação (Cortez) e Educação Não Formal e Cultura Política (Cortez). E-mail: mgohn@uol.com.br. <http://orcid.org/0000-0001-5791-6114>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

significado daquele acontecimento no campo do associativismo civil, segundo diferentes perspectivas. O artigo faz também uma retrospectiva de meus trabalhos e abordagens no período.

Palavras Chaves: Movimentos Sociais, Ações Coletivas, Manifestações de Junho de 2013

I. Apresentação

A celebração pelos 40 anos de existência do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) do Programa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos traz muitas lembranças e convida a reflexões que revelam, de um lado, as mudanças e transformações ocorridas na configuração histórica das ações coletivas de modo geral nestas quatro décadas; de outro, a contribuição e o papel do NPMS do campo temático de estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais, assim como a trajetória de nossa relação com esse núcleo. O NPMS foi um dos primeiros núcleos de pesquisa a destacar os movimentos sociais no Brasil, dentro de uma universidade brasileira, focalizando, inicialmente, os movimentos populares urbanos nas periferias das cidades, e os movimentos de populações de barragens, num momento político que ainda vigorava o regime militar. O NPMS faz parte de grupos que deram base organizativa para estudos que vinham desde a segunda metade da década de 1970, sobre mobilizações na sociedade civil, especialmente nas grandes capitais, e se aglutinaram na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1977, em um Grupo de Trabalho específico sobre Movimentos Sociais (GT/MS), criado em 1977 com apoio do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em São Paulo, organizado, entre outros, por Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, então professores da Universidade de São Paulo (USP). O GT/MS da ANPOCS aglutinou grupos de pesquisadores de São Paulo, Florianópolis, Fortaleza, Recife, Brasília etc. Estes grupos, posteriormente, criaram núcleos de pesquisas nas suas respectivas universidades, estando na origem o NPMS, e outros como o Núcleo de Estudo Movimentos Sociais (NEMS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado por Maria Lúcia de Carvalho e o Grupo de Estudos sobre Movimentos e Demandas Educacionais e Cidadania (GEMDEC), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenado por mim. Grande parte dos pesquisadores que estudavam os movimentos sociais, antes da criação

dos núcleos citados na década de 1980, tinham como foco o estudo dos sindicatos, que estavam em processo de reestruturação de suas organizações naquela década, a exemplo do movimento sindical – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), depois União dos Sindicatos Independentes (USIS), Força Sindical etc. O movimento popular urbano também estava em fase de reestruturação no início da década de 1980, com a criação da Associação Nacional Movimentos Populares (ANAMPOS), precursora da Pró-Central e que, depois, nominou-se Central dos Movimentos Populares; devem ser citadas também a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) e inúmeras lutas específicas pela moradia. Novos movimentos sociais sobre a temática urbana foram criados como o Movimento Nacional dos Mutuários do BNH, Movimentos dos Inquilinos, além dos movimentos de favelas, organizações já antigas no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras capitais no Brasil. Movimentos específicos, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), foram criados na mesma época. Os movimentos rurais deram, naquele período, o grande passo organizativo com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra-MST em 1984; além do Movimento Nacional de Ribeirinhos e de Barragens, e do Movimento Sindical Rural. Os movimentos das mulheres passavam por grande força impulsionadora na década de 1980, com o apoio de organizações internacionais para pesquisas na temática, a exemplo dos concursos com apoio da Fundação Ford e organizados pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em São Paulo. Curiosamente, o movimento das mulheres não era uma temática muito abordada nos grupos e GTs sobre movimentos sociais, porque eles eram estudados à parte, em GTs específicos, assim como o movimento negro e o movimento dos povos indígenas. O movimento LGBTQIA+ não tinha ainda tal sigla e os raros estudos existentes eram englobados sob a rubrica de movimento gay, ou movimento de lésbicas. O surgimento e o avanço da Aids no país fizeram com que estas lutas ganhassem luz; assim, aos poucos, a temática de movimentos de gênero consolidou-se e a questão da diversidade ganhou espaço. Ou seja, os movimentos identitários estavam em fase de construção de pilares, a qual lhes propiciou progressivamente um grande avanço. Os movimentos sociais pela educação eram ainda muito ligados ao movimento das associações profissionais de docentes,

que lutavam por direitos trabalhistas, poder sindicalizar-se (lembrando que até 1988 os funcionários públicos apenas podiam participar de associações, não de sindicatos). A criação do NPMS, na década de 1980, ocorreu também às vésperas do grande movimento político nacional, o Diretas Já, seguido pelo Movimento pela Constituinte. Eu acompanhei esse período, mapeamento tais movimentos, debatendo com os pesquisadores do tema na época, com grande destaque para o GT da ANPOCs e o NPMS, trabalho que resultou na publicação de meu Mestrado sobre associações de moradores em São Paulo (GOHN, 1982), meu Doutorado (1983) sobre o movimento de luta por creches (GOHN, 1985), minha Livre Docência na FAU/USP sobre as lutas pela moradia em 1987 (GOHN 1991), e um levantamento geral dos movimentos na História do Brasil (GOHN, 1995)². A partir da década de 2000, o NPMS patrocinou encontros e Seminários Nacionais e Internacionais memoráveis para o avanço das discussões no campo das ações coletivas e dos movimentos sociais. Participei de todos os Seminários Nacionais ocorridos em Florianópolis (2004 e 2007) e, depois, quando passaram a ter amplitude internacional, na década de 2010, com a presença de Chantal Mouffe, Sidney Tarrow (2008) e outros. A Revista Política & Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, organizou e publicou artigos e dossiês, a partir da produção dos Seminários do NPMS, e tive a satisfação de ter três papers neste periódico (GOHN, 2007, 2011, 2012).

Encerro esta apresentação, de resgate da configuração dos sujeitos em cena nas ações e nos movimentos sociais na realidade nacional, no momento de criação do NPMS, indicando os quatro pontos a serem desenvolvidos neste artigo. Primeiro: Contextualizando os sujeitos em cena, suas demandas e os debates que ocorreram nas duas últimas décadas do século XX. Segundo: Os movimentos sociais no novo século globalizado e as novas articulações em redes, tema caro a Ilse Scherer-Warren que teve papel pioneiro no Brasil ao publicar um livro a respeito na década de 1990.

2 Minha atenção para os movimentos sociais na área da educação veio na década de 1990 (GOHN, 1992, 1998, 2017d). O debate sobre a questão teórica sempre esteve presente, mas minha contribuição nos aspectos teóricos metodológicos consolidou-se com o Pós-Doc realizado, entre 1996-1997, na New School, em Nova York, resultando no meu livro sobre as Teorias dos Movimentos Sociais, conf. Gohn (1997) – atualmente na sua 12ª edição, com várias revisões, atualizações etc.

Terceiro: um tema atual – um balanço dos *Dez Anos de Junho de 2013*, abordando o significado daquele acontecimento no campo do associativismo civil, completando, assim, o giro retrospectivo de olhar para a temática nos últimos 40 anos no Brasil, idade do NPMS. O terceiro ponto é o mais longo, pois aborda como as ruas se transformaram no principal espaço público de participação e protestos, e como este espaço foi sendo apropriado pelos conservadores, com atos antidemocráticos, transferindo para as redes sociais o eixo organizador do protesto, transformando-as em novo espaço público, formador de opiniões. Quais as perspectivas a partir de 2023 com o retorno das regras do regime democrático. Quarto e último ponto: o associativismo pós-junho de 2013. A escolha destes pontos não é aleatória, uma vez que ela objetiva reconstituir o desenvolvimento do debate sobre as ações coletivas no Brasil ao longo dos últimos 40 anos, período de existência do NPMS, minha contribuição a respeito do período, e a interação e interlocução com membros do NPMS em vários momentos dessa produção. Na maioria dos temas tratados, o NPMS teve contribuição ativa no debate, com Ilse Scherer-Warren, Paulo Krischke, Lígia Helena Hahn Luchmann, Sérgio Costa³, Julian Borba e outros.

2. Contextualizando as origens do debate sobre os movimentos sociais: dos anos de 1970 a virada do novo século

Por muito tempo, as ações coletivas e de movimentos sociais eram praticamente tratadas como termos sinônimos. Mas não são na realidade. As ações coletivas são o guarda-chuva mais abrangente. Na forma as ações coletivas, podem ser compostas por movimentos, coletivos, organizações civis, ONGs, associações comunitárias, terceiro setor, coletivos, movimentos sociais, redes etc. Há diferenças marcantes no associativismo gerado em cada forma. Nessas ações, há também diferentes estratégias (manifestos,

3 Sérgio Costa foi meu aluno de graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), curso de Economia, no início da década de 1980, na disciplina de Metodologia de Pesquisa. Aluno exemplar e brilhante. Discutimos Hegel, Kant, Marx etc. nos fundamentos do método dialético. Por indicação dele, participei, na época, de um seminário do Padre Vaz, um dos maiores especialistas em Kant, do grupo da Revista Síntese. Foi uma grande alegria quando eu soube que Sérgio tinha ido para a UFSC. Como se sabe, Sérgio Costa é atualmente professor em Berlin, na Alemanha, e um dos grandes nomes da Sociologia internacional, com inúmeras premiações.

atos públicos, protestos, mobilização via redes sociais digitais, judicialização, participação institucional e partidária), assim como diferentes conteúdos das demandas (pela democracia, pelo meio ambiente, em prol de direitos para mulheres, negros, população LGBTQIA+, jovens, estudantes, moradores de periferias, povos originários etc.); até os ativismos considerados à direita no espectro político e ideológico.

Num passado já distante, no Brasil, falar de movimento social era sinônimo de estar falando de movimentos contestatórios e reivindicantes de direitos de cidadania, vistos como movimentos progressistas, emancipatórios. A questão central, ou a novidade como dizia o debate na época, era diferenciá-los entre velhos, ou clássicos (sindicais, estudantes, luta pela terra, pela moradia etc.), e os novos movimento – identitários, culturalistas. Mas todos estavam numa mesma chave-movimento social. Com o passar das décadas, organizações políticas ou pré-políticas passaram a mobilizar e organizar a população, e algumas se transformaram em contramovimentos⁴ (ou passaram a autodenominarem-se movimentos), ou movimentos políticos, dentro de um espectro político-ideológico de valores de centro e de direita, conservadores, reacionários ou liberais, neoliberais. Por isso, deve-se também fazer a diferenciação entre movimento social, movimento cívico, movimento político, movimento cultural, movimento societário, movimento dialógico-midiático e suas múltiplas articulações; e os coletivos, que aumentaram muito na última década. Na bibliografia de análise sobre as ações coletivas, o novo ganha força nas décadas de 1960, 1970 e 1980, esta última especialmente no Brasil. O novo não era sinônimo de autonomismo, ele destacava “novos sujeitos históricos” ou “novos atores em cena” (SADER, 1988), que advinham do mundo da vida cotidiana, da moradia, do viver o dia a dia nos bairros, especialmente nas zonas periféricas. O debate tratava os “novos sujeitos” como movimentos sociais. Ele se contrapunha às velhas formas de organização de partidos e sindicatos, centralizadores, hierárquicos, que destacavam apenas aspectos estruturais

4 Contramovimentos é uma categoria que tem sido utilizada no Brasil para analisar os atos antidemocráticos nas ruas e ataques contra instituições públicas. Segundo Silva e Pereira (2020), a categoria foi desenvolvida no âmbito de perspectivas relacionais de análise dos movimentos sociais, e propõe um deslocamento do foco analítico para as relações de conflito entre organizações de movimentos sociais de perfis ideológicos ou de segmentos da população distintos.

da sociedade, a relação capital x trabalho, as contradições do capitalismo e seus reflexos quase que diretos sobre a sociedade. Os novos movimentos sociais, tanto na prática como na teoria que passou a ser criada ao seu redor, reivindicavam o poder das bases, contra o centralismo organizacional; chamavam atenção para aspectos da subjetividade, clamavam pela identidade sociocultural e política dos atores em cena e suas demandas. Isto não quer dizer que não existisse a defesa da autonomia em muitos autores e publicações daquela época, a exemplo de Sader (1988). Castoriadis (1975) também defendia a autonomia dos movimentos, nos anos 70 e 80, como teoria e projeto político em oposição à heteronomia, à burocracia e ao mecanicismo teórico do marxismo ortodoxo. O novo contrapunha-se ao velho não só na forma de se organizar mas também nas ideias e nos projetos de sociedade. Contrapunha-se à forma/ação dirigida por vanguardas. No Brasil, houve tensão no campo sindical, entre o velho (e corrupto sistema sindical) e o novo que nascia nos polos mais avançados da indústria, no ABCD paulista por exemplo. No mesmo período (década de 1970), o movimento de bairro também se contrapunha entre as velhas práticas pelegas associadas a lideranças políticas tradicionais e o novo movimento de bairro, organizado a partir de associações comunitárias ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

Na década de 1980, os novos movimentos sociais progressivamente tornaram-se hegemônicos em termos de números e destaque tanto na mídia como nas pesquisas. Isso não quer dizer que eram hegemônicos no sentido de modelo único, de algum tipo de unidade. Ao contrário, eles inauguraram a era da heterogeneidade, fragmentação e pluralidade de formas e demandas, visões, valores, embora dentro de uma mesma causa como analisaram Machado e Torres Ribeiro (1985); Scherrer-Warren e Krischke (1987). É importante lembrar que os principais autores que influenciaram as pesquisas no Brasil sobre os novos movimentos sociais tinham como fonte de dados realidades diferentes do Brasil, a exemplo de Claus Offe (1988), Alberto Melucci (1980), Manuel Castells, (1974) e Alain Touraine (1965, 1984, 1997). Charles Tilly (2004), com outra abordagem acerca dos confrontos políticos, teve grande influência nas análises sobre movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1990, e utiliza as categorias novo e velho, mas para se referir a uma categoria chave na sua

análise: repertórios. Melucci enfatizava a solidariedade como componente básico da identidade coletiva partilhada e construída entre os atores, enquanto Touraine, um dos pioneiros no estudo da identidade nas ações coletivas, focaliza-a como elemento de construção de um movimento social. (GOHN, 1997).

Os novos movimentos agruparam-se, no Brasil e no exterior, ao redor de causas identitárias, com temáticas de: grupos de feministas, negros, índios e comunidade gay do período (há toda uma trajetória de construção até chegar ao LGBTQIA+). E foi esta categoria dos novos movimentos sociais, os identitários, que mais cresceu e ganhou visibilidade nos estudos e pesquisas, a partir da década de 1990, e não os movimentos populares, comunitários de bairros pobres da periferia, ou das favelas, relevantes e destacados nos estudos na década de 1980, que reivindicavam bens e equipamentos coletivos básicos, tais como água, luz, transporte, creches e postos de saúde na periferia. Ou seja, os movimentos sociais populares urbanos reivindicavam direitos sociais básicos, cidadania, e direito à cidade (LEFEBVRE, 1999; HARVEY, 2014); os identitários reivindicavam a direitos à diversidade, de uma cidadania cultural.

Os movimentos populares urbanos (GOHN, 1982) também se diferenciavam dos movimentos dos sem-terra rurais, que predominaram no Brasil ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, e demandavam terra para viver e trabalhar. O conjunto desses movimentos populares tinham, de fato, a solidariedade como amálgama das relações existentes. Em síntese, tanto os movimentos populares como os identitários tinham uma chave comum: luta por direitos e construção da cidadania no país.

Os novos movimentos sociais identitários tiveram seu crescimento impulsionado a partir de conquistas institucionais, especialmente após a Constituição de 1988 e da gestão pública de órgãos e governos, no Brasil, por parte de partidos e instituições progressistas. Foi possível a conquista de direitos às mulheres, aos negros e às comunidades quilombolas, à comunidade LGBTQIA+, aos índios e aos povos sem-terra⁵. Elas foram frutos

5 O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, promulgado em julho de 2010; o Estatuto das Pessoas com Deficiência, Lei nº 13.146, em 2015; leis que visam o combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) data de 2006 e a recente Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104 de 9 de março) de 2015.

de longas e persistentes lutas pontuais, sem reformas abrangentes, na base de grupos que se organizavam, mas pressionavam e, sobretudo, tiveram alguns de seus membros ou simpatizantes com acesso ao poder público governamental.

A literatura publicada sobre a fase “movimentalista” no Brasil, tende a focar a partir da década de 1980 e não faz a distinção entre os movimentos populares – com longa trajetória a partir da década de 1960 e os movimentos identitários, que demarcaram posições na cena enquanto grupos de pressão, mais especificamente a partir dos anos de 1980. Nos movimentos populares dos anos de 1970, ainda que tivessem grande participação das mulheres, como o da luta por creches, não eram apreendidos nas análises como movimento identitários, de gênero, mas como movimentos reivindicatórios de bens e equipamentos à periferia, embora as mulheres tivessem destaque nos subtítulos das publicações (GOHN, 1985). A luta das mulheres certamente existia e foi muito forte no Brasil na década de 1970, com os comitês de mães em luta pelo desaparecimento de filhos(as) pelo regime militar, articulações internacionais em 1975 com o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU, e os primeiros encontros e congressos locais ou regionalizados. Isso tudo gerou ações e grupos como o Centro de Desenvolvimento da Mulher, mas usualmente eram movimentos específicos das mulheres e se apresentavam como tal. Rever isso é importante não apenas para revisitar a história, mas para entender a construção e os desdobramentos dos movimentos identitários no século XXI, os caminhos dos movimentos populares nos fóruns de articulação que foram sendo criados, e o crescimento dos coletivos na atualidade; este esforço poderá também lançar luzes para entender a persistência das desigualdades socioeconômicas predominantes juntamente na parcela dos mais vulneráveis que compõem os movimentos populares, os mais fracos nesta trajetória. Em resumo: o debate sobre o “novo” vai e volta, sempre se faz presente (NOBRE, 2018).

No tocante aos direitos LGBTQIA+ houve avanços proporcionados pelo poder judiciário como, por exemplo, o reconhecimento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) da equiparação da união homossexual à heterossexual, em 2011.

3. Movimentos sociais no novo século globalizado: articulando em redes

Em 2009, publiquei um livro destacando a questão das “redes sociais” (GOHN, 2009; 2013 b p. 32-37), elucidando que, nas Ciências Sociais, o uso da categoria “redes” é antigo, mas foi revigorado nos últimos tempos, como instrumento de análise e articulação de organizações e movimentos da sociedade civil, assim como de políticas sociais públicas. Observei, também, que há muitas matrizes teóricas que sustentam a ideia de rede. Vários estudos internacionais e nacionais foram citados, a exemplo de Castells (1999, 2001), que inscreveu as redes no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas ao tratar a sociedade globalizada como uma rede, e as estruturas sociais construídas a partir de redes como sistemas abertos, dinâmicos, suscetível de inovações. No Brasil, destaquei os estudos de Scherer-Warren (1993, 2006, 2008), que vê, nas redes, uma possibilidade de retratar a sociedade civil, captando uma integração de diversidades. Scherer-Warren (2008, p. 515) diz que a rede se caracteriza por: “[...] articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais”. Esses níveis vão de agrupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais.

Ao final do século XX, teve-se a crítica às estruturas verticalizadas, a modelos únicos de organização, a exemplo do sindical atrelado aos partidos políticos etc. Redescobriu-se o valor e importância das estruturas horizontais criadas no passado para a organização de trabalhadores, no período das primeiras décadas do século XX, com as Ligas e outras formas associativas de matriz anarquista. No início do século XXI, esses formatos organizativos foram redesenhados com o uso das novas tecnologias *On Line* e ganharam força a partir do Fórum Social Mundial e em todos os movimentos de indignados e *Occupy* ao redor do mundo no início das décadas de 2000 e 2010. Isso mudou a cena do associativismo civil, destacando o ativismo como central, e não a militância propriamente dita, atrelada a algum partido ou sindicato. Os ativistas vivem experiências e experimentações, que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentas ou mais articuladas. São ativistas de causas. O ativismo globalizou as ações coletivas graças,

fundamentalmente, às relações virtuais, on-line, nas redes e nos canais sociais. Os membros participantes de um movimento social são nominados, usualmente, como militantes, também de causas; mas, é algo mais que um ativista, porque não foi convocado on-line, *ad hoc*. Ele tem laços de pertencimento com um grupo. Por isso, ser ativista ou militante implica ações com sentidos e históricos estruturantes diferentes. Todos têm uma causa para defenderem, mas a forma e as concepções que fundamentam as ações coletivas são diferentes. Os modos de engajamentos também são distintos (FILLIEULE, 2001).

Portanto, no novo século os movimentos sociais continuaram ativos, as redes sociais e políticas cresceram e se fortaleceram com o desenvolvimento de ferramentas das novas tecnologias de comunicação, levando a reformulações tanto no plano local como no geral/global, com o surgimento de movimentos globais. Esses últimos se organizam via plataformas digitais globais ao redor de temas como meio ambiente, povos originários indígenas, questões de gênero, a crise dos imigrantes fugindo de regimes opressivos ou em busca de condições de vida e trabalho, a fome, o desemprego etc. Eles são globais não apenas porque suas pautas ocorrem em várias partes do globo, nem somente porque têm articulações globais (GOHN, 2019). São globais porque se estruturam e se organizam de forma global via plataformas, redes com ações concretas, de acompanhamento, denúncias, encaminhamentos, estratégias de resistência etc. As ações globais ocorrem em dados momentos, em função de dados acontecimentos, baseadas em relações de confiança e complementariedade. O BLM-*Black Lives Matter* nos Estados Unidos é um exemplo; ele gerou aprendizado não apenas organizacional, mas também o de saber construir e aproveitar as oportunidades políticas de dados momentos, mirando também a ocupação de espaços institucionais, como se observa no Brasil com a constituição dos “mandatos coletivos”, a partir de 2015. Outro dado relevante no campo das articulações globais: as ações coletivas não se enquadram apenas no campo progressista. Há também ações e movimentos globais da direita, redes da ultradireita, que promovem encontros e suporte a regimes autoritários ou nacionalistas/populistas.

É importante destacar que uma nova sociabilidade se construiu de intersecção entre a chamada geração *millenials* da fase das políticas neoliberais globalizantes dos anos 1990 e a geração seguinte, a intitulada geração Z, das mídias e redes sociais. O desenvolvimento, o avanço e a complexidade dessas redes, ao longo da última década, também explica parte das transformações ocorridas com as posições antipolítica e antissistema dos jovens, apropriadas/recriadas por setores conservadores para posições anti-governo e antiesquerda, associadas com posições negacionistas nas guerras culturais de narrativas e *fake news* que se instalaram na sociedade e na política. Cresceu o número de organizações e movimentos políticos que, por meio da mídia, *fake news* etc. acirram a “política do ódio” imperante desde a fase das manifestações pelo *impeachment*, em 2015-2016. Analistas observam que de 2015 a 2018 ocorreram grandes transformações na paisagem ideológica brasileira, com o colapso do modelo do nacional-desenvolvimentismo e a ascensão do movimento liberal: Menos Marx, Mais Mises (ROCHA, 2021). As redes on-line passam a ser um novo espaço público via grandes plataformas digitais, que criaram, com ajuda de grandes empresas, algoritmos e marcadores socioemocionais, associados aos afetos, à raiva, ao ódio, à indignação. Eles alimentam e estimulam as guerras culturais das narrativas e não mais apenas um meio para comunicação e agregação, a autocomunicação, de que falava Castells no início da década de 2000 (BOSCO, 2023). Paolo Gerbaudo (2012) chamou atenção para o otimismo excessivo nas novas tecnologias, esquecendo-se de que o processo de mobilização também envolve a construção de significados, identidades e narrativas compartilhadas. Alguns autores contribuem para essas análises ao destacarem que, após 2013, ocorreu a emergência de formas personalistas e subjetivistas de mobilização da ação coletiva (CESARINO, 2022). As redes passaram a priorizar conteúdos curtos de grande impacto emocional, que despertam o medo das pessoas. O uso das novas tecnologias da comunicação e informação levou à produção de conteúdo personalizado e ao vivo, à convocação difusa dos protestos por redes sociais digitais, fortalecendo o chamado capitalismo cognitivo (DEAN, 2016). Os algoritmos que decidem e orientam o que olhar e seguir. O ator-rede, de Latour (2012, p. 312), poderá auxiliar-nos a entender essas mudanças quando diz: “O ator-rede é aquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma

de estrela, de mediadores que entram e saem”. Por isso, o ator-rede é feito para agir, para induzir outras entidades a fazerem coisas.

4. O debate sobre o significado das manifestações de junho de 2013

Dez anos após as manifestações de junho de 2013, estamos mapeando e discutindo seus impactos no sistema político, social e cultural, e estamos sob seus efeitos, longe de serem compreendidos em sua totalidade. Elas impactaram a sociedade e a agenda de governantes e após uma década ainda são “um enigma a decifrar”. Inúmeras questões se colocam, tais como: quais as transformações que geraram, quais memórias ficaram registradas, quais as novidades e novas ações coletivas que foram criadas, que tipo de ativismo estiveram presentes? Como o poder público interagiu com os jovens após 2013? Como as ruas se transformaram no principal espaço público de participação e protestos, e como o espaço das ruas interagiu com as redes digitais e como progressivamente as redes sociais se transformaram em novos espaços públicos? Quais as narrativas que se criaram e o que cada uma delas explicita ou busca ocultar?

Acredito que o mais importante não é focalizar 2013 em si, mas buscar decifrar os enigmas daquela época que impactaram o que veio depois. Refletir e avaliar, a partir de junho de 2013, como foram sendo incorporadas não apenas demandas progressistas contra as desigualdades e pela inclusão social, mas sobretudo demandas conservadoras que se apropriaram da pauta, aproveitando-se da janela de oportunidades que o sistema e a política brasileira ofereciam.

Em 2013, eu já destacava que havia diferentes denominações sobre os acontecimentos de junho de 2013 como: manifestações, jornadas, levante, revolta, insurreição, atos de protestos, onda, protesto de massa etc. (GOHN, 2014, p. 8). O que veio a ficar muito definido apenas dez anos depois, com o debate sobre *Dez Anos de Junho de 2013*. Afinal, cada uma dessas denominações advinha de interpretações de grupos políticos e ideológicos diferentes, com narrativas sobre junho de 2013 muitas vezes até

opostas, gerando uma disputa pelo seu significado e legado⁶. Elas vão da exaltação à condenação total, incluindo aqueles que veem como sequência de mobilizações desde 2008, ou a emergência de camadas médias conservadoras insatisfeitas na política, guerras culturais internacionais etc. Em 2013, vários pesquisadores do exterior viram, em junho de 2013, o renascer do associativismo e a resistência na sociedade civil, de nova forma, com novos repertórios, grande participação dos jovens, uso intenso das novas tecnologias etc. (CASTELLS, 2013). Segundo Badiou (2012, p. 28), “[...] foi aberta, a ‘possibilidade da possibilidade’ de uma subsequente ruptura criadora de um desdobramento histórico imprevisto”. Perry Anderson elencou três grandes conquistas: o despertar dos jovens, a compreensão do empoderamento social, no recuo do governo nas tarifas do transporte público, e levantou-se a questão da distribuição escandalosamente distorcida das despesas públicas no Brasil (GOHN, 2014, p. 11). Mas no Brasil, dez anos depois, muitos analistas do campo da esquerda tradicional, que denominavam os acontecimentos como jornadas, viram junho de 2013 como o início das ações da direita, a entrada em cena do ultraconservadorismo que se apropriou de mídias e redes, entrou fortemente no jogo político, elegeu Jair Bolsonaro em 2018, promoveu uma desdemocratização do país com desmonte e ataque às instituições públicas. Segundo Nobre (2023), junho de 2013 seria, para esses analistas, o “ovo da serpente” das ações antidemocráticas bolsonaristas. Essas interpretações passaram a ser predominantes numa parcela grande de setores da esquerda, a qual se recusa a rever, ou reconhecer, erros e problemas nas políticas da época, e a necessidade de uma reforma política que contemplasse toda sociedade, especialmente a juventude que não participava dos canais institucionais participativos, e tinha outras formas de se organizar e ver a política. Outra corrente interpretativa forte é a das teses conspiracionistas, as guerras híbridas culturais da direita, orquestradas de fora, especialmente dos Estados

6 Universidades e meios de comunicação realizaram debates, produziram dossiês e vídeos em várias cidades do Brasil, destacando-se, em São Paulo, a Folha de S. Paulo (TAVARES, 2023), o UOL e a Revista Carta Capital. Eles produziram extenso e significativo material de entrevistas atuais com pesquisadores, políticos, ativistas que participaram na época e outros; e recuperaram imagens e depoimentos da época. Eu dei entrevista para a Folha de S. Paulo, publicada no jornal impresso no dia 17 de junho de 2023, a qual pode ser acessada em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/direita-perdeu-vergonha-apos-2013-que-ainda-e-enigma-a-decifrar-diz-sociologa.shtml>

Unidos. Certamente a direita já existia e tinha feito ensaios de manifestação com movimento Cansei, por exemplo, na década anterior, e já tinha organizações internacionais de formação política no Brasil como Instituto Millenium (2005) e o Menos Marx, Mais Mises do Brasil (2007). Mas a grande atuação destas organizações foi após 2013. Há, portanto, um debate e uma disputa política e ideológica sobre as ações de junho de 2013 que penetrou no campo das interpretações ideológicas e teóricas a respeito, e este debate ficou mais nítido em 2023, por ocasião dos inúmeros eventos sobre “Dez Anos Depois de Junho”. Um desses eventos, ocorrido na USP, em São Paulo, denominou-se: “Dez Anos Depois: Defender Junho de 2013”, denominação aparentemente surreal com o verbo “defender”, mas ele visava justamente a questionar a “demonização” de junho de 2013 por setores da esquerda tradicional.⁷

Desde logo, elucido que eu não compactuo com a tese do “ovo da serpente” e filio-me à corrente que viu e vê as manifestações junho de 2013 como um fenômeno contraditório, diferenciado conforme a região do Brasil, mas um marco muito importante na cena sociopolítica brasileira de protestos e manifestações públicas no Brasil por novas formas de ação, performances, estratégias, novos repertórios, novas possibilidades de organização e pelo uso intenso de novas tecnologias, via redes sociais, blogs etc. Junho de 2013 abriu as portas para a expressão de novas formas de sociabilidade, especialmente entre setores dos jovens, que eram vozes dissonantes, não ouvidas, tinham outros projetos de vida, negavam o sistema político e econômico instalado no governo do país. Organizaram-se, via redes sociais, e foram às ruas com demandas não para complementar a democracia participativa institucional como alguns analistas afirmam. O próprio governo, na época, não entendeu essas vozes dissonantes (ou não admitiam sua legitimidade), a exemplo dos dizeres de Gilberto Carvalho, então ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, quando disse que os atos eram “*novas formas de organização de mobilização que ainda não compreendemos*”. Os jovens foram às ruas para gritar: “Eles não

7 O evento teve apoio de setores da nova esquerda, como o PSOL, o coletivo Juntos!, lideranças que participaram dos atos em 2013, participantes das ocupações das escolas em 2015 que se inspiraram em 2013, representantes do movimento dos autonomistas da atualidade etc.

nos Representam” (cartaz nas ruas), referindo-se a todo o sistema político de poder, a partidos e governantes do executivo (e não somente os partidos como distorceram alguns). Aliás, os cartazes são a expressão das diferenças e novidades, pelos dizeres e formatos, muitos deles escritos à mão, em papelões etc. Roberto Andrés (2023) destaca esse aspecto mediante análise de cerca de 6 mil cartazes.

Durante o mês de junho, as manifestações tiveram diferentes fases; assim, os participantes foram se ampliando, criando o que Alonso (2023) denominou como um mosaico de atores e pautas. No início era uma manifestação dos jovens, liderada pelo Movimento Passe Livre (MPL) com uma demanda fundamental pelo direito à cidade – a mobilidade urbana, o aumento da tarifa dos transportes urbanos. Depois, ampliou-se, progressivamente, para outros direitos previstos na Constituição de 1988, acrescentou demandas por melhores serviços públicos, saúde, educação etc. O slogan: “Padrão Fifa” foi adotado para demandar serviços públicos de qualidade, pois protestavam contra os gastos com estádios para Copas de futebol. Também pautas morais foram sendo incorporadas, como a contra o projeto do deputado Feliciano sobre a “Cura Gay”, contra a PEC 37 etc. A demanda única ampliou-se para cinco eixos, segundo vídeo do Anonymous Brasil,⁸ um grupo de hacktivismo, divulgado no dia 18 de junho nas redes sociais e que teve milhões de visualizações, quando as manifestações já não eram lideradas apenas pelo MPL. O vídeo do Anonymous Brasil clamava para que o Ministério Público Federal tornasse a corrupção crime hediondo, assim como o fim do foro privilegiado para políticos. No dia 20 de junho, quando um milhão de pessoas saíram às ruas, em 388 cidades brasileiras, o instituto IBOPE fez uma pesquisa de opinião pública que registrou, como demanda principal, o transporte público, mas registrou

8 O Anonymous foi criado nos EUA na primeira década do século XXI. São ativistas organizados em coletivos que atuam vários países do mundo e realizam um protagonismo virtual via redes descentralizadas. O grupo tem como marca uma máscara inspirado em Guy Fawkes um soldado católico que, em 05/11/1605, tentou explodir o Parlamento inglês, no levante “Conspiração da Pólvora”. O Anonymous assumiu causas populares e disseminou suas ações entre os jovens, influenciando movimentos como Occupy Wall Street, Primavera Árabe e o combate internacional à censura na Internet. No Brasil registra-se a presença do Anonymous desde 2011 quando atacaram e derrubaram um site do governo federal. Eles questionam o sistema de representação política e a forma como ocorre essa participação. Nicolas Danet, e Frédéric Bardeau (2011) publicaram na França um histórico do movimento.

também, em segundo lugar, demandas contra o sistema político, sobretudo contra a corrupção. A pauta não só ampliou mas também abriu a porta para as lutas que transcorreram a partir de 2014, apropriadas em grande parte pelos setores a direita.

A mídia tradicional – jornais, TV etc. – precisou recriar-se para entender e assimilar o que estava acontecendo em junho de 2013. Foi um fenômeno midiático, mas não criado pela mídia tradicional como disseram alguns. Ela certamente contribuiu para o gigantismo que as manifestações alcançaram, já que, no início, denominou os protestos como de vândalos; porém, quando a polícia reprimiu fortemente, mudou de posição. Junho de 2013 foi marcante, sobretudo, na sua composição sócio-etária, com a grande participação dos jovens. Este era o fato novo que me despertou mais atenção – o dado geracional, a faixa etária, a idade e não a composição social dos manifestantes. No início, a grande maioria nas ruas era composta por jovens; portanto, o dado da composição socioeconômica, se era camada média ou de trabalhadores, não era o mais relevante. Vários analistas do associativismo naquele período, de diferentes correntes teóricas ou ideológicas, também destacaram o papel dos jovens e o uso das novas tecnologias via redes sociais, blogs etc.

As camadas médias depois da “virada” repressiva, foram às ruas, pois eram setores que estavam abandonados nas políticas públicas, sentindo os efeitos de um modelo econômico que tinha esgotado seu ciclo de crescimento, dificultando a realização de seus sonhos de consumo, seus projetos e sua visão de mundo, a exemplo do aumento do custo de vida, do preço dos imóveis, que subiram enormemente nas capitais e levaram o sonho da casa própria “para o espaço”. Mas estiveram, nas manifestações, também o “precariado”, especialmente os jovens trabalhadores do setor de serviços, sem carteira assinada, sem direitos sociais, não sindicalizados etc., como assinalou André Singer (2013) na época. Muitos sindicatos foram rejeitados inicialmente nas ruas, nas grandes capitais; lembrando também que, em 2013, ocorreram 2.050 greves de trabalhadores: o maior número de greves em um ano! Portanto, não foram ações hegemônicas de camadas médias, nem simples continuidade de manifestações de trabalhadores clássicos, sindicalizados, nem do MST ou MTST – da luta pela moradia, como

estávamos acostumados a ver nas manifestações nas ruas. Foram manifestações de composição social híbrida, com predomínio de jovens.

Junho de 2013 também fez parte de um conjunto de outras grandes manifestações de jovens nas ruas, em várias partes do mundo, o que entrou para a história como “o ativismo dos indignados” (HESSEL, 2011). Foi um ciclo global de contestação, ao autoritarismo no Oriente Médio, passando pelos protestos contra as políticas neoliberais na Grécia, na Espanha, em Portugal etc.; ao *Occupy Wall Street* norte-americano e seu apoio e sua multiplicação em diferentes partes do mundo. Portanto, o Brasil não pautou o acontecimento, mas agregou especificidades na agenda global de protestos contra os governos e suas políticas públicas, com várias diferenças porque aqui não foi uma resposta direta à crise econômica mundial após 2008, e aqui não se lutava contra ditaduras no poder (caso da Primavera Árabe). Certamente, os efeitos das políticas neoliberais já estavam presentes, com o esgotamento do ciclo econômico vigente, fundamentado na venda de commodities etc.

Marcos Nobre analisou junho de 2013, como um grito de rejeição da sociedade a um sistema político que não mais representava suas diferenças, liberando energias represadas, um processo de irrupção democrática. Em livro de 2022, Nobre (2022, p. 15) complementa: “2011-2013 representa o marco de configuração da sociabilidade e, portanto, de novas configurações da política”. Em síntese, havia uma crise econômica e uma crise política – do modelo de gestão, do regime no poder. Os jovens que saíram às ruas eram antissistema, demandavam outro tipo de composição e partilha do poder, uma gestão para todos(as).

A falta de diálogo entre o governo e os ativistas nas ruas foi um dos pontos que se sobressaiu nas narrativas diárias da mídia na época, assim como a necessidade de uma reforma política já era preconizada por muitos. Sabe-se que, entre 2000-2013, ocorreu a criação ou a implementação, no Brasil, de novos canais de participação social, geradores de novas formas de sociabilidade e de fazer política – conselhos, câmaras, fóruns, plenárias etc. que atuam na esfera pública, articulando representantes da sociedade e dos organismos estatais na gestão de bens públicos (ABERS e BÜLOW, 2011). Todo esse sistema começou a ser questionado a partir de 2013. Em

2013, a maioria dos jovens que saiu às ruas não estava nos movimentos identitários, nem nos populares, nem nos canais institucionais participativos, e tinha escassa relação com correntes político-partidárias. ou nenhuma relação com correntes político-partidárias. Os jovens eram de outra geração; alguns deles advindos de coletivos, outros da própria irrupção de junho de 2013 etc. Não eram um bloco homogêneo, porque as matrizes político-ideológicas deles variam do campo da centro-esquerda, esquerda radical e anarquista, os autonomistas, e conservadores(ALONSO, 2017).. Alguns desses conservadores, depois de 2013 utilizaram a sigla movimento para lançarem suas organizações, caso do Movimento Brasil Livre (MBL), o qual, criado em 2014, quis “pegar carona” no sucesso e no protagonismo inédito do Movimento Passe Livre (MPL), querendo confundir a cena com sigla parecida. Na realidade, são contramovimentos e não movimentos sociais.

Junho de 2013 foi marcado por uma conjuntura com novas articulações, pela estruturação de um discurso crítico aos espaços tradicionais de participação e representação política, bem como por questionamentos sobre as estruturas de organizações históricas, tais como partidos, sindicatos e, até mesmo, organizações de movimentos sociais de caráter mais formal. Muitos analistas não perceberam ou recusaram-se a ver essa faceta das manifestações e alegaram que faltava a esses movimentos definições estratégicas, programáticas e teóricas, alertando para a fragilidade organizatória dos movimentos, a não definição de rumos, e o perigo de serem apropriados por forças conservadoras da direita, como já registrado em outros momentos históricos de tensão social (ALTEMAN, B.; CARLOTTO, 2023).. De fato, era uma forma diferente de se organizar e ver o mundo da política, diferente da clássica esquerda tradicional, especialmente o setor que estava no poder. A fragilidade organizatória dos jovens, os embates internos, as críticas da esquerda clássica, e a percepção de oportunidades que se abriam para a direita, à espreita desde a época do mensalão, com o movimento Cansei de 2007, corroboraram para o não aproveitamento, naquele momento, do campo de possibilidades que se abriam de mudança política e transformação social.

Portanto, junho de 2013 foi um evento que entrou para a história como um acontecimento, nos termos de Badiou (1995), aqueles que nos obrigam a um novo modo de ser, imprevisível, que demarca novas possibilidades no horizonte político. Mas produziu efeitos inimagináveis inicialmente, como fazer governantes retrocederem no aumento das tarifas, e implantar, posteriormente o passe livre em 72 cidades brasileiras. Junho de 2013 demarcou, portanto, novas possibilidades de organização (NUNES, 2023), estratégias e conteúdo das pautas. Redescobriu-se o valor e a importância das estruturas horizontais, da autonomia, tanto nos grupos mais próximos ao ideário da esquerda e no próprio MPL como nos grupos autonomistas com inspiração no ideário anarquista e outros. Os jovens passaram a apostar em coletivos e em outras formas de sociabilidade mais horizontais e transversais, constituindo-se em contrapúblicos de resistência (WARNER, 2002; SOLANO; ROCHA; MEDEIROS, 2022). Eles defendem causas e valorizam a experiência, querem vivenciar corporalmente. Eu destaco, entre essas novas formas, os coletivos; afinal, eles têm formas de engajamento e de construção de ações coletivas diferentes das adotadas pelos dos movimentos sociais. Muitos coletivos expressam um novo ciclo geracional de protestos, insurgências ou atos colaborativos/solidários, assim como uma nova cultura política no campo da participação social. São diferentes também das ONGs – não precisam de CNPJ para se formar ou fazer uma parceria. São fáceis de serem criados, predominam nas universidades e deram abrigo a causas identitárias, além de projetos culturais. Eles já existiam desde século XX, mas multiplicaram-se após 2013, em coletivos de questões de raça, gênero, ambientais, de sociabilidade urbana na área do lazer, ajuda mútua, empreendedorismo sociocultural etc. Alguns Jovens já estavam em 2013 em coletivos, mas muitos deles conheceram a forma coletivo participando das manifestações em junho de 2013.

Um registro importante sobre junho de 2013 diz respeito à violência nas ruas. O tratamento dado inicialmente pela grande mídia, denominando os participantes dos atos como “vândalos”, clamando pelo combate nos rigores da lei, certamente contribuiu para a brutalidade da polícia militar nas ruas, pelo menos no caso de São Paulo. A questão da violência é importante de ser discutida porque, até 2013, ela era analisada em dois campos das lutas sociais: na área rural, com as ocupações de terras, e nos protestos antiglobalização da

década de 2000-2010. As manifestações nas ruas dos movimentos sociais organizados urbanos usualmente ocorriam como protesto, mas sem uso da violência. Após 2013, o uso da violência passou a ser recorrente, especialmente se estavam presentes grupos dos *black blocs* (SOLANO, 2018). Registra-se, ainda, que os eventos e as publicações sobre *Dez Anos de Junho de 2013*, assim como os setores que defendem a narrativa do ovo da serpente, citada no início das análises de junho, todos deram grande ênfase aos atos de violência nas ruas, buscando fazer uma correlação, simples e direta, daqueles acontecimentos com 8 de janeiro de 2023.

5. O associativismo após junho de 2013

Após junho de 2013, as demandas dos protestos incorporaram não apenas demandas progressistas, contra desigualdades e pela inclusão social. Demandas de conservadores logo se apropriaram da pauta, aproveitando-se da janela de oportunidades que a política brasileira oferecia, com denúncias de corrupção na Petrobrás e outras estatais. A partir de 2013, progressivamente, cresceu uma direita renovada e popular que foi às ruas, impulsionada pela ascensão de organizações liberais, criadas na década anterior, como as já citadas anteriormente (Instituto Milenium e Menos Marx, mais Mises do Brasil), e outras criadas na década de 2010, por exemplo, a Consultoria Cause (MACHADO, 2021) e o AGORA, que atuam de formação política de dirigentes, especialmente entre jovens. Apesar do esforço do governo federal, ainda em 2014, de criar uma Política Nacional de Participação Social (PNPS), para ampliar as estruturas participativas institucionais, a tentativa não teve sucesso. A pauta que passou a predominar e ganhou amplo apoio na sociedade, após as eleições de outubro de 2014, foi a de lutar contra as ditas “elites políticas corruptas”. A Operação Lava Jato tornou-se símbolo emblemático dessa luta.

Em 2015, com a crise política gerada pelo *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousset, o grande foco da mídia foi o combate à corrupção; dessa forma, vários partidos foram atingidos, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que perdeu eleições em locais importantes, como a prefeitura de São Paulo em 2016. Logo após 2015, diferentes movimentos sociais canalizaram energias contra obras da Copa e das Olimpíadas de

2016; então, explodiu um movimento de jovens estudantes secundaristas contra as reformas da estrutura das escolas e do ensino médio – inspiradas nos jovens de 2013, e as lutas antirracistas e feministas cresceram impulsionadas pelo legado de 2013 e pelo ativismo internacional a respeito. Após 2016, a pauta dos movimentos clássicos ficou mais no plano da resistência às reformas econômicas e previdenciárias.

O que se observou, em relação aos órgãos institucionais de participação a partir de 2015, foi a sua desativação ou seu esvaziamento. Ativistas de movimentos e organizações sociais que atuavam como representantes em estruturas colegiadas estatais como as Instituições Participativas (IPs), foram abandonando os cargos, por desestímulo (reuniões não convocadas, pautas genéricas) ou tiveram seus conselhos desativados, especialmente na área da juventude. Esses espaços constituíam núcleos de participação, de aprendizagem de políticas públicas

Na conjuntura pré-eleitoral de 2016 e 2018, vários participantes de coletivos optaram pela participação institucional, concorrendo a cargos públicos pelo voto popular. Como isso ocorreu? Por que optaram pela via institucionalizada se a emergência dos jovens na cena pública, nas manifestações nas ruas, em 2013, foi pela negação da política institucional, ou negação da forma como ela era praticada. É importante lembrar que eles se apresentavam como apartidários, mas não antipartidários (GOHN, 2014). Alguns dos coletivos identitários deram origem a grupos voltados para a formação de “bancadas ativistas” na esfera pública, para a atuação institucional, parlamentar, a exemplo da Bancada Ativista, em São Paulo, e do Coletivo Muitas, em Belo Horizonte. Autonomia dentro de esferas institucionalizadas significa busca de autodeterminação de metas, planos e valores, e não a dissolução de princípios porque a burocracia institucional ordena. Ressalta-se, entretanto, que isso não é tarefa fácil e talvez explique porque números jovens que tiveram protagonismo central nos atos de junho de 2013, em São Paulo e no Rio de Janeiro, atuando como porta-vozes dos manifestantes, em entrevistas no jornal, no programa Roda Viva, ou indo ao Palácio do Alvorada em Brasília em reunião convocada por Dilma, após os grandes atos, não optaram pela via de ingresso à vida político-partidária nos últimos dez anos, sendo raros os casos de ingresso para

disputa em cargos públicos, via eleições legislativas, mas, em sua maioria, não foram eleitos. Uma análise mais profunda ainda está a ser feita sobre estes “autonomistas” que lutavam por uma política e um governo diferenciado.⁹ A ascensão de grupos de direita ao poder central, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, levou, num primeiro momento, os movimentos sociais clássicos mais próximos das siglas partidárias da esquerda a perderem espaços e protagonismo; no entanto, a nova conjuntura política e econômica, rapidamente reabriu espaço para a luta em defesa de reformas na educação, contra a reforma previdenciária, o movimento criado ao redor do assassinato de Marielle Franco, em março de 2019, exigindo esclarecimentos sobre os culpados e clamando pela punição deles. Estas pautas absorveram as energias dos movimentos sociais progressistas, clássicos ou novos/identitários, entre 2018 e 2019. Em abril de 2019, o então Presidente Jair Bolsonaro cancelou, via decreto, a Lei que criou um sistema nacional de participação social e dezenas de diferentes conselhos foram extintos (GOHN, 2019). Muitos tentaram defender estes espaços como necessários e se lançam na construção de novos espaços, como os citados mandatos coletivos.

Entre 2019 e 2022 ocorreu o crescimento dos atos e grupos antide-mocráticos. Vários desses grupos passaram a protagonizar cenas de protesto nas ruas e atos violência contra sistemas judiciários. Em 8 de janeiro de 2023, os conservadores e reacionários atuaram via golpe, após uma campanha golpista de deslegitimação da justiça eleitoral e negacionismos de toda ordem.

Lembrando que 2020 a 2021 corresponde à fase da emergência e auge da pandemia mundial de Covid-19, com alterações significativas no cenário do associativismo civil. Grupos e movimentos sociais tradicionais retraíram-se das ruas, novas formas de manifestação surgiram como de entregadores de mercadorias por aplicativos, e novas formas de solidariedade nas comunidades mais carentes, via associações e redes comunitárias de compras, apoios etc., recriando, de forma totalmente diferente, o associativismo popular da décadas de 1970 e 1980. As demandas dessas formas de

9 Vide reportagem da Série Folha: Novatos crescem no rastro de pivôs dos atos de junho de 2013- protagonistas das manifestações estão fora dos holofotes da política nacional. Folha de S. Paulo, 01 de junho de 2023, p. A10.

trabalho são por direitos específicos – tais como alimentação, plano saúde, regulamentação de horas de trabalho, formas de pagamentos etc. –, mas muitas pessoas não querem “carteira assinada”, nem sindicalização, ou seja, querem continuar como autônomas.

Não se deve esquecer que, entre 2020-2022, houve o recrudescimento dos atos antidemocráticos de contramovimentos da direita nas ruas.

Por isso, deve-se atentar para os novos fatos e não olhar com as mesmas análises do passado. É preciso criar capacidade na sociedade civil, a fim de canalizar as energias das novas forças emergentes progressistas citadas a partir de 2013. O ativismo na sociedade civil necessita de reforma estrutural da política brasileira, demandada com força em 2013, para desenvolver suas experiências. O ativismo dos jovens tem necessidade de experimentação/formação, mas tem de ocorrer independentemente de programas e estruturas estatais, com suporte e amparo institucional da lei. Não me refiro à formação política clássica de partidos e sindicatos, mas a uma formação construída juntamente com os novos sujeitos em cena, e suas formas novas de pensar, agir e sonhar com o futuro, isto é, uma formação emancipadora e não a “bancária”, como dizia Paulo Freire (1987), onde conteúdos são depositados em massas consideradas de baixo grau de educação política e incapazes de pensar e agir por si próprias.

6. Conclusões

Neste artigo, ao fazer um resgate de 40 anos de ações coletivas no Brasil, período de vida e obra do NPMS da UFC, a homenageada no dossiê deste exemplar da Revista Política & Sociedade demonstra a importância e a necessidade de ampliar o escopo analítico para entendermos as ações coletivas na atualidade, especialmente os movimentos sociais. Trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e de ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que geram novos sentidos e significados.

O leque de formas associativas civis ampliou-se, tanto no campo progressista como no conservador, com a propagação de formas novas, como os coletivos – que reinventam as formas de fazer política – e a expansão do setor das ONGs, de associações civis voluntárias articuladas a apoios do

setor privado; assim como o surgimento ou ressurgimento de outras ações coletivas no campo dos conservadores e reacionários, os contramovimentos, que se apropriaram de pautas de grupos progressistas e promoveram atos e criaram organizações antidemocráticas.

No plano das análises, não se trata mais de contrapor os novos movimentos sociais – nucleados em torno de questões identitárias, tais como sexo, etnia, raça, faixa etária etc. – aos “velhos” movimentos, dos trabalhadores, como Claus Offe (1988), e outros fizeram na década de 1980. Não se trata também de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas, nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque todos eles continuam a coexistir com os novos, e há uma grande disputa de narrativas político-ideológicas que interpenetram o campo da discussão teórica, como observamos neste artigo no caso do “legado de junho de 2013”.

No conjunto, as ações coletivas se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteraram seus projetos políticos; mas, como são muitas e heterogêneas, parte delas fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, suas ideias e seus pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outras se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Outras ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo – aprender via observação (GOHN, 2016)– nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na internet).

O perfil dos participantes alterou-se de militante para um ativista. As marchas ficaram mais com os movimentos rurais. Ocupações de ruas, praças e bloqueios de rodovias tornaram-se o modelo básico de protesto. As redes sociais, que inicialmente substituíram os “muros de Paris” como divulgadora de demandas, palavras de ordem e articuladora das ações em si, lembrando e comparando com 1968, passaram a ser um novo espaço público via grandes plataformas digitais (GOHN, 2022) .

O legado de junho de 2013, abordado neste artigo, continua um enigma em disputa entre setores sociopolíticos, especialmente entre diversos segmentos da esquerda. O “ovo da serpente” é a interpretação dominante de junho de 2013. Para uns, adeptos das teorias conspiratórias, demonizar junho de 2013 serve como justificativa para explicar o que veio depois, para se isentar da incapacidade de diálogo, de articulação política, de olhar, de fato, o que ocorria na sociedade, de enxergar os jovens da época de forma diferente do padrão do militante partidário. Marcos Nobre (2023, [s. p.]) diz que: “Junho talvez seja a primeira grande revolta popular na história brasileira a ter sido demonizada pela esquerda – por parte dela pelo menos –, e não pelo conservadorismo da direita de sempre”.

Em 2013, a identidade da maioria dos jovens que saíram às ruas se construiu por diferenciação ao instituído, como contrapúblicos, vozes dissonantes que reverberaram conflitos pelo silenciamento que viviam. Parte destas vozes construíram caminhos de empoderamento e mecanismos de pressão, especialmente junto ao poder judiciário, a exemplo dos jovens que se engajam ou apoiam as lutas dos povos originários indígenas, dos negros e lutas contra o racismo estrutural, ambientalistas, mulheres, grupos LGBTQIA+ etc. Tudo isso deve ser visto como o legado de 2013. Já as experiências antidemocráticas, crescentes a partir de 2015, remetem à construção da identidade a partir do antagonismo, do ódio, de fatores ideológicos advindos de mídias e de redes sociais conservadoras. Estas se adensaram estimuladas por contramovimentos, grupos conservadores e reacionários(MARINHO 2022). Nada a ver com a maioria dos jovens que saíram às ruas em junho de 2013, os quais buscavam vias não institucionais para fazer política e contribuíram para uma politização alternativa da sociedade.

Referências

ABERS, R.; BÜLOW, M. Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011.

ANDRÉS, R. **A Razão dos centavos** – Crise urbana, vida democrática e a revolta de 2013. Rio: Zahar, 2023.

- ALONSO, A. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. esp., p. 49-58, 2017.
- ALONSO, A. **Treze** – A política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALTEMAN, B.; CARLOTTO, M. (org.). **A rebelião Fantasma**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2023.
- BADIOU, A. **Ética**. Um Ensaio sobre a Consciência do Mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BADIOU, A. **El despertar de la historia**. Madrid: Clave Editorial, 2012.
- BOSCO, F. Depois daquele mês. **Folha de S. Paulo**, Cad. Ilustríssima, 06 jun. 2023, p. C6.
- Castells, M. **Movimientos Sociales Urbanos**. Madri: Siglo XXI, 1974.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **The internet galaxy**. Oxford: Ed. Oxford, 2001.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- CASTORIADIS, C. **L'institution Imaginaire de la Société**. Paris: Seuil, 1975.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- DANET,N; BARDEAU F. **Anonymous: Peuvent-ils Changer le Monde?**.FYP,Editions, Paris, 2011
- DEAN, Jodi. **Crowds and Party**. London: Verso, 2016.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1/2, p. 199-215. 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GERBAUDO, P. **Redes e ruas**. Mídias sociais e ativismo contemporâneo. São Paulo: Funilaria, 2021.
- GOHN, M. G. **Reivindicações Populares Urbanas**. São Paulo: Ed. Cortez, 1982.
- GOHN, M. G. **A Força da periferia**. A luta por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOHN, M. G. **Luta pela moradia popular**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**. 1. ed. São Paulo: ?, 1995.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**. 1. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

GOHN, M. G. Mulheres: Atrizes dos Movimentos Sociais – relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, p. 41-70, 2007.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOHN, M. G. M. **Educação não formal e o educador social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, p. 233-244, 2011.

GOHN, M. G. Movimentos e Protestos Sociais: uma abordagem sob a ótica da teoria da Mobilização Política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, p. 223-227, 2012.

GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013a.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013b.

GOHN, M. G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017a.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017b.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017c.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**. 7. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2017d.

GOHN, M. G. **Participação e Democracia no Brasil**. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Ed. Vozes, 2019.

GOHN, M. G. **Ativismos No Brasil**: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis: como impactam e por que importam? Petrópolis: Ed. Vozes, 2022.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HESSEL, S. **Indignai-vos!** 3. ed. Lisboa: Ed. Objectiva, 2011.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1999.

LUCHMANN, L. H.; GUSSO, R. (org.). **Estudos Sobre Associativismo do Sul do Brasil**. Curitiba, Appris, 2021.

MACHADO DA SILVA, L. A.; Torres Ribeiro, A. C. Paradigma e movimento social: Por onde vão nossas ideias. In: **Ciências Sociais Hoje**. SP, ANPOCS/Cortez. 1985.

MACHADO, L. **Como defender sua causa**. São Paulo: Nacional, 2021.

MARINHO, L. De junho de 2013 al bolsonarismo: prensa, estética y nacionalismo. **Revista Barda**, v. 13, n. 8, p. 13-36, 2022.

MELUCCI, A. The New social Movements: A Theoretical Approach. **Social Science Information**, n. 19, p. 199-226, 1980.

MOUFFE, Chantal."Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy" in Nelson, C. e Grossberg, L. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago, Un. of Illinois Press, 1988

NOBRE, M. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, M. **Como nasce o novo**. São Paulo: Todavia, 2018.

NOBRE, M. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

NOBRE, M. Fantasias sobre Junho. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustríssima, 04 jun. 2023, p. C4.

NUNES, R. **Nem vertical nem horizontal**: uma teoria da organização política. São Paulo: Ed UBU, 2023.

OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Ed. Sistema, 1988.

ROCHA, C. **Menos Marx, Mais Mises**. O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Rio, Paz e Terra. 1988.

Scherer-Warren, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

Scherer-Warren, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 21, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

Scherrer-Warren, I.; Krischke, P. **Uma Revolução do cotidiano**: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, p. 26-49, set./dez. 2020.

SINGER, A. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.

SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, E.; ROCHA, C.; MEDEIROS, J. **The Bolsonaro Paradox**: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil. São Paulo: Springer, 2021.

TARROW, S. **New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge Press, 2005.

TAVARES, J. Junho de 2013 produz reviravoltas com choques para esquerda e direita. **Folha de S. Paulo**, 29 maio 2023, p. A4-A6.

Tilly, C. **Social movements, 1768-2004**. Londres: Boulder; Paradigm Press, 2004.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1965.

TOURAINÉ, A. **Le Retour de l'Acteur**. Paris: Fayard, 1984.

Touraine, A. **¿Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WARNER, M. **Publics and Counterpublics**. New York: Zone Books, 2002.

Recebido em 15/09/2023
Aceito em 15/09/2023
Publicado em: 12/09/2024

The trajectory of Collective Actions and Social Movements in Brazil in the last 40 years: from the neighborhood movements of the 1980s to the impacts and effects of the June 2013 Manifestations ten years later.

Abstract

The article makes a retrospective on the theme of collective actions, with emphasis on social movements in Brazil, in the last forty, age of the Social Movements Research Center (NPMS) of UFSC, honored with a dossier in the periodic *Política Sociedade*. At first, a presentation is made contextualizing the scenario of studies and research at the time of creation of the NPMS and then three points are addressed: First: it characterizes the subjects on the scene, their demands and the debates that occurred in the last two decades of the twentieth century. Third: the longest is on a current theme - a review of the 'Ten Years of June 2013', addressing the meaning of that event in the field of civil associations, according to different perspectives. The article is also a retrospective of my work and approaches in this period.

Keywords: Social Movements, Collective Actions, June 2013 Manifestations, Protests